

ANEXO II-B

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA CERTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS
 CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO RPPS – NÍVEL INTERMEDIÁRIO**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	Nº DE QUESTÕES
1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1.1 Princípios constitucionais e normas que regem a administração pública – arts. 37 ao 41 da CF; 1.2 Agentes públicos: conceito e classificação de agentes políticos; agentes administrativos – servidores públicos, empregado público, contrato temporário; agentes honoríficos – agentes delegados e agentes credenciados; 1.3 Regime jurídico do serviço público: conceitos de cargo público, posse, exercício, provimento, nomeação, promoção, aproveitamento, reintegração, readaptação, reversão, recondução, vacância, promoção, exoneração, aposentadoria, demissão, remoção, substituição; 1.4 Noções de ciclo orçamentário: Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA (art. 165 da CF); 1.5 Lei nº 14.133/2021 – arts. 28 e 89 ao 95; 1.6 Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) – arts. 23 ao 32; 1.7 Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) – arts. 1º ao 14.	5
2. SEGURIDADE SOCIAL 2.1 Definição e Objetivos – art. 194, CF/88; 2.2 Previdência Social. Conceito; 2.3 Regimes de Previdência: 2.3.1 Regime Geral de Previdência Social – RGPS – art. 201, CF/88; 2.3.2 Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – art. 40, CF/88; 2.3.3 Regime de Previdência Privada Complementar – RPPC – art. 202, CF/88; 2.4 Emenda Constitucional nº 103/2019: art. 9º e art. 33.	3
3. REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL-RPPS 3.1 Lei nº 9.717/1998 – normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS; 3.2 Portaria MPS nº 1.467/2022: 3.2.1 Segurados e beneficiários – arts. 3º ao 6º; 3.2.2 Gestão dos Regimes Próprios – arts. 71 ao 75; 3.2.3 Utilização dos recursos previdenciários – arts. 81 ao 84; 3.2.4 Responsabilidade do ente federativo em caso de extinção do RPPS – art. 181; 3.2.5 Concessão de benefícios – art. 157 3.2.6 Limitação dos valores dos benefícios com a instituição do RPC – art. 158 3.2.7 Regras de acumulação de benefícios – art. 165	5
4. GESTÃO CONTÁBIL 4.1 Portaria MTP nº 1.467/2022 (capítulo V, seção III); 4.2 Lei nº 4.320/1964 (títulos VIII e IX): 4.2.1 Título VIII – Do Controle da Execução Orçamentária (arts. 75 ao 82); 4.2.2 Título IX – Da Contabilidade (art. 83 ao 106); 4.3 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, capítulo 4: 4.3.1 Item 4.1: introdução; 4.3.2 Item 4.2.1: aspectos gerais; 4.3.3 Item 4.2.2: aspectos legais;	5



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



4.3.4 Item 4.2.3 – aspectos orçamentários e patrimoniais;	
4.4 IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS: aspectos contábeis e relatórios específicos RPPS e conceitos.	
5. PLANO DE CUSTEIO 5.1 Portaria MPS nº 1.467/2022: 5.1.1 Caráter contributivo – arts. 7º ao 10; 5.1.2 Limites de contribuição – art. 11; 5.1.3 Base de cálculo de contribuições – art. 12; 5.1.4 Parcelamento de débitos – arts. 14 ao 17; 5.1.5 Dação em pagamento – art. 187.	5
6. GESTÃO ATUARIAL 6.1 Portaria MPS nº 1.467/2022: 6.1.1 Equilíbrio financeiro e atuarial – art. 25; 6.1.2 Avaliação atuarial anual – art. 26; 6.1.3 Base cadastral – art. 47; 6.1.4 Plano de custeio proposto na avaliação atuarial – arts. 52 ao 54; 6.1.5 Equacionamento do déficit atuarial – art. 55; 6.1.6 Acompanhamento atuarial – arts. 67 ao 70.	5
7. GESTÃO DOS INVESTIMENTOS 7.1 Legislação Específica dos Investimentos dos RPPS. 7.1.1 Resolução CMN nº 5.272/2025: 7.1.1.1 Das Disposições Gerais – art. 1º e §§ 1ª ao 10º; 7.1.1.2 Da Alocação dos Recursos; 7.1.1.3 Da Política de Investimentos; 7.1.1.4 Dos Segmentos de Aplicação e dos Limites; 7.1.1.5 Do Segmento de Renda Fixa; 7.1.1.6 Do Segmento de Renda Variável; 7.1.1.7 Do Segmento de Investimentos no Exterior; 7.1.1.8 Do Segmento de Investimentos Estruturados; 7.1.1.9 Do Segmento de Fundos Imobiliários; 7.1.1.10 Do Segmento de Empréstimos Consignados; 7.1.1.11 Dos Limites Gerais; 7.1.1.12 Da Gestão; 7.1.1.13 Do empréstimo de valores mobiliários; 7.1.1.14 Das Contratações; 7.1.1.15 Do Registro dos Títulos e Valores Mobiliários; 7.1.1.16 Do Controle das Disponibilidades Financeiras; 7.1.1.17 Dos Enquadramentos; 7.1.1.18 Das Vedações; 7.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 – arts. 86 ao 156 e Anexo VIII, arts. 1º ao 35⁵: 7.2.1 Dos Investimentos dos Recursos; 7.2.2 Da Gestão da aplicação dos recursos; 7.2.3 Da Política de Investimentos; 7.2.4 Do Credenciamento de Instituições; 7.2.5 Das Alocações dos Recursos; 7.2.6 Da Avaliação e Monitoramento dos riscos; 7.2.7 Da Categorização dos RPPS; 7.2.8 Das Aplicações em Títulos Públicos;	8

⁵ Enquanto as alterações decorrentes da Resolução CMN nº 5.272/2025 não forem refletidas na Portaria MTP nº 1.467/2022, as questões relativas a essa legislação deverão ser interpretadas à luz da Resolução CMN nº 5.272/2025.

7.2.9 Da Precificação dos Ativos Integrantes das Carteiras dos RPPS; 7.2.10 Da transparência das Informações Relativas aos Investimentos; 7.2.11 Das Medidas em Caso de Desenquadramento; 7.2.12 Do Segmento de Empréstimos Consignados; 7.3 Instrumentos de renda fixa: 7.3.1 Definição; 7.3.2 Principais conceitos e características de instrumentos de renda fixa: 7.3.2.1 Data de emissão, valor nominal atualizado e juros “acruados”; 7.3.2.2 Formas de remuneração – pré-fixada e pós-fixada e principais indicadores; 7.3.2.3 Formas de amortização e pagamento de juros; 7.3.2.4 Composição de cupom de taxa real e indexadores (IGP-M e Câmbio); 7.3.2.5 Resgate antecipado, vencimento antecipado (quebra de <i>covenant</i>, ocorrência de <i>cross default</i>), aquisição facultativa e opção de compra (opção <i>call</i>): conceitos e diferenças e impactos do ponto de vista do investidor; 7.4 Principais instrumentos: 7.4.1 Títulos públicos (LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F); 7.4.2 Negociação de títulos públicos: mercado primário: leilões; mercado secundário: balcão; 7.4.3 Tesouro Direto: conceitos e características operacionais; 7.4.4 Títulos Privados Bancários: 7.4.5 Certificado de Depósito Bancário – CDB e Letras Financeiras – LF: conceitos e características; 7.4.6 Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE): conceitos e características; 7.4.7 Títulos corporativos; 7.4.8 Debêntures: conceitos e características; 7.4.9 Notas promissórias: descrição, prazo, emissores, forma de resgate, liquidez, rentabilidade e registro; 7.4.10 Títulos do segmento agrícola: Cédula de Produtor Rural – CPR, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA: conceitos e características; 7.4.11 Títulos do segmento imobiliário: Certificado de Recebíveis Imobiliário – CRI, Letra de Crédito Imobiliário – LCI e Cédula de Crédito Imobiliário – CCI: conceitos e características; 7.4.12 Operações compromissadas: conceitos e características; 7.4.13 Caderneta de poupança: principais características em termos de liquidez, rentabilidade, garantias e riscos; 7.4.14 Fundo Garantidor de Crédito – FGC: produtos e serviços que possuem garantia do FGC, limites de cobertura e operacionalização; 7.5 Instrumentos de renda variável: 7.5.1 Definição; 7.5.2 Ações ordinárias, ações preferenciais, Certificados ou Recibos de Depósito de Valores Mobiliários (ADRs – <i>American Depositary Receipts</i> e BDRs – <i>Brazilian Depositary Receipts</i>) e bônus de subscrição: conceitos e características; 7.5.3 Oferta primária e secundária: definições e distinção; 7.5.4 Negociação, liquidação e custódia; 7.5.5 Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC: conceito, funções, benefícios para o investidor e principais títulos custodiados no SELIC: LFT, LTN, NTN-B, NTN-B Principal e NTN-F; 7.6 Fundos de Investimentos:	
---	--



7.6.1 Resolução CVM nº 175/2022 – parte geral; 7.6.2 Características, constituição e comunicação; 7.6.3 Definição de Fundos de Investimentos; 7.6.4 Conceitos de condomínio, constituição e registro na CVM; 7.6.5 Estrutura dos Fundos de Investimento: divisão em classes e subclasses; 7.6.6 Segregação patrimonial; 7.6.7 Cotas; 7.6.8 Classes abertas e fechadas; 7.6.9 Emissão; 7.6.10 Subscrição e integralização; 7.6.11 Resgate e amortização; 7.6.12 Negociação com uso indevido de informação privilegiada; 7.6.13 Distribuição; 7.6.14 Investimento por conta e ordem; 7.6.15 Participação política do investidor por conta e ordem; 7.6.16 Divulgação das Informações; 7.6.17 Envio de comunicações aos cotistas; 7.6.18 Divulgação de informações e resultados; 7.6.19 Divulgação de cota e rentabilidade; 7.6.20 Balancetes e demonstrações contábeis; 7.6.21 Informações eventuais: atos ou fatos relevantes; 7.6.22 Fundos socioambientais; 7.6.23 Assembleia de cotistas: 7.6.24 Gerais; 7.6.25 Especiais; 7.6.26 Prestação de serviços; 7.6.27 Serviços essenciais; 7.6.28 Funções do Administrador; 7.6.29 Funções do Gestor; 7.6.30 Negociação em ativos em mercados organizados; 7.6.31 Limites de composição e concentração da carteira; 7.6.32 Gestão de liquidez; 7.6.33 Direito de voto; 7.6.34 Contratação de Agência de Classificação de Risco de Crédito; 7.6.35 Constituição de Conselhos Consultivos e Comitês; 7.6.36 Remuneração; 7.6.37 Taxa de Administração e Gestão; 7.6.38 Taxa de Ingresso; 7.6.39 Taxa de Saída; 7.6.40 Taxa máxima de distribuição; 7.6.41 Acordos de remuneração; 7.6.42 Vedações; 7.6.43 Obrigações; 7.6.44 Normas de conduta; 7.6.45 Carteira; 7.6.46 Classes restritas e previdenciárias; 7.6.47 Encargos; 7.6.48 Patrimônio líquido negativo com limitação de responsabilidade; 7.6.49 Responsabilidade limitada de cotistas; 7.6.50 Responsabilidade ilimitada de cotistas; 7.6.51 Patrimônio líquido negativo; 7.6.52 Insolvência da classe de cotas; 7.7 Fundos de Investimento Financeiro (FIF) – Anexo I da Resolução CVM	
--	--

nº 175/2022: 7.7.1 Prestação de serviços; 7.7.2 Obrigações do administrador, gestor e custodiante; 7.7.3 Disposições gerais; 7.7.4 Vedações; 7.7.5 Distribuição e subscrição; 7.7.6 Carteira; 7.7.7 Ativos financeiros no Brasil; 7.7.8 Ativos financeiros no exterior; 7.7.9 Limites por emissor; 7.7.10 Limites por modalidade de ativo financeiro; 7.7.11 Deveres quanto aos limites de concentração; 7.7.12 Tipificação; 7.7.13 Fundos de renda fixa; 7.7.14 Fundo de ações; 7.7.15 Fundos cambiais; 7.7.16 Fundos multimercados; 7.7.17 Fundos incentivados em infraestrutura; 7.7.18 Fundos destinados à garantia de locação imobiliária; 7.7.19 Concentração em crédito privado; 7.7.20 Investimentos em cotas de outros fundos de investimento financeiro; 7.7.21 Exposição ao risco de capital; 7.7.22 Classes restritas; 7.7.23 Encargos; 7.7.24 Outros tipos de Fundos (características, composição das carteiras, público-alvo e os riscos envolvidos nos fundos) – Anexos Normativos II, III, IV, V e XI da Resolução CVM nº 175/2022; 7.7.25 Fundos de Investimento em Direito Creditórios – FIDC; 7.7.26 Fundos de Investimento Imobiliário – FII; 7.7.27 Fundos de Investimento em Participações – FIP; 7.7.28 Fundos de Investimento em Índice de Mercado – Fundos de Índice (Fundos de Índice com cotas negociáveis em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; <i>Exchange Traded Funds</i> – ETFs e ETF ASG; 7.7.29 Fundos previdenciários.	
8. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 8.1 Normas da Compensação Previdenciária: 8.1.1 Lei nº 9.796/1999; 8.1.2 Decreto nº 10.188/2019; 8.1.3 Portaria MPS nº 1.400/24: 8.1.3.1 Das Disposições preliminares (capítulo I); 8.1.3.2 Do termo de adesão ao Comprev e do contrato com a empresa de tecnologia (capítulo II); 8.1.3.3 Do tempo de contribuição (art. 10); 8.1.3.4 Do encaminhamento de requerimentos (arts. 14 ao 18, 20, 22, 24 ao 27); 8.1.3.5 Da análise de requerimentos (arts. 28, 41, 42, 44, 45 e 46); 8.1.3.6 Do cálculo das parcelas (arts. 47, 52, 53 e 58); 8.1.3.7 Da apuração de valores (arts. 59, 62, 66, 67 e 68); 8.1.3.8 Do pagamento (arts. 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77 e 78); 8.1.3.9 Da cessação e revisão (arts. 79, 80 e 86); 8.1.3.10 Da compensação dos demais regimes e sistemas (arts. 87 e 88); 8.1.3.11 Das disposições finais e transitórias (arts. 90, 91, 92, 93 e 94).	3
9 CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL – PRÓ-GESTÃO RPPS, REQUISITOS PARA DIRIGENTES E CONSELHEIROS E ÍNDICE	4

DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 9.1 Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS 9.2 Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XI); 9.3 Manual do Pró-Gestão RPPS: 9.3.1 Aspectos gerais do Pró-Gestão RPPS; 9.3.2 Objetivos; 9.3.3 Premissas; 9.3.4 Adesão voluntária; 9.3.5 Dimensões; 9.3.6 Níveis de aderência; 9.3.7 Temporalidade; 9.3.8 Regularidade previdenciária; 9.3.9 Manutenção e renovação da certificação; 9.4 Requisitos dos dirigentes e membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos dos RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo V, seção I); 9.5 ISP-RPPS – Portaria MPS nº 1.467/2022 (capítulo XII).	
10 CONTROLE, REGULAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO 10.1 Controle na Administração Pública: conceito e objetivos; 10.2 Conselho Fiscal: atribuições dos conselheiros, conforme Manual da Certificação dos Profissionais do RPPS; 10.3 Auditoria Interna: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; 10.4 Ministério Público: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; 10.5 Tribunal de Contas: LC nº 101/2000 (LRF), art. 59; 10.6 Secretaria de Regimes Próprio e Complementar: Lei 9.717/98 art. 9º e Portaria MPS 1.467/2022 art. 251 ao art. 255; 10.7 Sociedade: transparência pública e o controle social; 10.8 Regulação e supervisão dos RPPS (Portaria MPS nº 1.467/2022): 10.8.1 Competência: arts. 239 e 240; 10.8.2 Envio de informações relativas aos RPPS: capítulo XIII, seção I; 10.8.3 Emissão do CRP: capítulo XIII, seção III; 10.8.4 Fiscalização do RPPS: capítulo XIII, seção V; 10.8.5 Processo Administrativo Previdenciário – PAP: capítulo XIII, seção VI.	7
11 RESPONSABILIDADES E INELEGIBILIDADES 11.1 Lei nº 9.717/1998 – arts. 8º e 8º-A; 11.2 Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal): 11.2.1 Art. 168-A – Apropriação Indébita Previdenciária; 11.2.2 Art. 299 – Falsidade Ideológica; 11.2.3 Art. 312 – Peculato; 11.2.4 Art. 313-A – Inserção de dados falsos em sistema de informações; 11.2.5 Art. 315 – Emprego irregular de verbas ou rendas públicas; 11.2.6 Art. 317 – Corrupção Passiva; 11.2.7 Art. 319 – Prevaricação; 11.2.8 Art. 333 – Corrupção Ativa; 11.2.9 Art. 337-A – Sonegação de contribuição previdenciária; 11.3 Lei nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa: 11.3.1 Art. 2º – Agente Público; 11.3.2 Art. 9º – Dos atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito; 11.3.3 Art. 10 – Dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; 11.3.4 Art. 11 – Dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os	5



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – MPS
Secretaria de Regime Próprio e Complementar – SRPC
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – DRPPS



11.4	princípios da Administração Pública;	
11.4	Lei nº 9.613/1998:	
11.4.1	Art. 1º – Crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;	
11.4.2	Art. 7º – Efeitos da condenação;	
11.4.3	Art. 9º – Das pessoas sujeitas ao mecanismo de controle.	
11.5	Lei Complementar nº 64/1990, art. 1º, inciso I (inelegibilidades);	
12	GESTÃO, GOVERNANÇA, ÉTICA, RISCOS E COMPLIANCE	
12.1	Ética e integridade: conceitos;	
12.2	Gestão e governança: conceitos;	
12.3	Governança pública: conceito e princípios;	
12.4	Conflito de interesses: conceito	
12.5	Governança corporativa e seus princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa – conforme Manual do Pró-Gestão RPPS.	5
12.6	Estrutura de governança do RPPS e suas atribuições: dirigentes da unidade gestora, responsável pela gestão das aplicações dos recursos, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, ou órgãos equivalentes;	
12.7	Noções de Gestão de Riscos: conceitos; importância da gestão de riscos; como fazer a gestão de riscos; ferramentas de gestão de riscos;	
12.8	Programa de Compliance: conceitos.	
Total		60